

OPINIÃO

O professor, no Brasil, é devidamente valorizado?

Fotos: ADRIANA GARCIA



João Eduardo Pereira, 46, professor do departamento de Estatística do Centro de Ciências Naturais e Exatas.

“O professor não é valorizado nos dias atuais e nunca foi, em todo o país. Vive sem uma remuneração condigna e sem as condições de trabalho adequadas nos diversos níveis: do ensino básico ao superior. A questão salarial é sempre preterida”.

Valdo Barcelos, 58, professor do Departamento de Medicina Veterinária Preventiva do Centro de Ciências Rurais.

“De uma maneira geral, o professor não só não recebe a valorização devida agora, como nunca recebeu e talvez nunca irá receber. As razões disso são várias, entre elas, é que boa parte dos professores não se dá o valor que eles têm. Até porque não conhecem o que significa ser professor, ou seja, não deveriam ser professores”.



Tania Moura da Silva, 49, professora do departamento de Ciências Contábeis do Centro de Ciências Sociais e Humanas.

“Na minha opinião, falta um pouco de valorização. Mas é cultura geral do país que faz com que o professor não seja valorizado financeiramente. Talvez falte um pouco de incentivo, principalmente na

nossa área, que é meio carente com relação à parte de incentivo de mestrado e doutorado, que está recém deslanchando. Só que a profissão de professor é um vício, depois que se entra nela, se pega amor à profissão e não se quer mais sair. Então, se torna difícil deixar para fazer uma outra coisa, que talvez ganhe melhor, por amor à profissão. A gente gosta de fazer, investe e acaba trabalhando, mesmo recebendo pouco”.

Marcelo Trevisan, 36, professor do departamento de Ciências Administrativas do Centro de Ciências Sociais e Humanas.

“Eu acredito que o profissional da educação, no caso o professor, assim como a educação, não está tendo o valor que deveria. Hoje a educação está focando bem mais aspectos de curto prazo, que deveria ser de médio e longo prazo. Se foca muito o paternalismo, em contrapartida ao se dar apoio que a pessoa produza o seu meio de convivência, a partir de seu conhecimento. A valorização ainda está distante do profissional de educação, antigamente, me parece que era mais valorizado”.



UFSM vai dizer sim ao REUNI?

RENATO SEERIG

O prazo para dizer se adere ou não ao Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) se encerra em dezembro, mas, ao que tudo indica, há um convencimento, especialmente por parte da reitoria da UFSM, de que a instituição deve ingressar nessa proposta que tem gerado bastante polêmica. No mês de outubro, além do ANDES-SN, setores do movimento estudantil também se engajaram na campanha contra a proposta, fazendo inclusive ocupações de prédios de reitoria Brasil a fora. Apesar dos inúmeros aspectos de sedução do REUNI, até o fechamento dessa edição, na segunda, 29 de outubro, 32 Instituições Federais, de um total de 53, teriam se posicionado a favor do programa, conforme balanço do MEC. Na Universidade Federal do Rio (UFRJ), por exemplo, o Conselho Universitário aprovou no dia 25 de outubro uma reestruturação da instituição, mas sem tomar por base os pontos principais da proposta do governo.

No âmbito de Santa Maria, enquanto os sindicatos buscam fazer uma discussão mais ampla com a comunidade universitária, como a audiência pública ocorrida no Auditório Gulerpe, dia 3 de outubro, a Administração Central, que ainda depende de aval do Conselho Universitário, encaminhou às direções de centro um documento em que expõe os motivos pelos quais a universidade deve aderir ao REUNI. Conforme o documento que tem origem na pró-reitoria de Graduação, a universidade “não pode deixar de responder crítica e positivamente as questões e demandas originadas em ações do governo, que, mesmo sendo de natureza controversa e polêmica, dizem respeito a políticas de Estado”. Acrescenta o



Lima: universidade a ponto de embarcar na "terceira onda"

texto mais adiante que “neste contexto (UFSM é uma Autarquia do MEC), docentes, técnico-administrativos e discentes, membros da comunidade universitária, devem agir como mulheres e homens de Estado, acima de paixões ideológicas e interesses corporativos”.

A frase que pode sugerir que as críticas ao REUNI são resultante de “paixões ideológicas ou corporativas” não agradou. O professor de Economia e diretor da SEDUFSM, Sérgio Prieb, afirmou que a manifestação contrária do sindicato tem a ver com “princípios”. Para ele, questionar o programa é dever de todos os professores e, considera também que a direção da UFSM está aceitando as políticas do governo de forma “passiva”. A professora do Centro de Educação, que também é vice-presidente do sindicato, Fabiane Costas, avalia o REUNI como uma “política de governo e não de Estado”, por isso, então, já estaria “carregada de questões ideológicas”.

A sedução dos cifrões

Não há como negar, os cifrões prometidos às universidades que aderirem ao REUNI são extremamente atrativos. Sedutores a tal ponto que discussões mais profundas acabam empalidecidas pelo principal argumento posto na mesa: mais recursos. Conforme o professor Jorge Cunha (ler artigo na pág. 04), no caso de adesão da UFSM, a verba prevista para custeio entre 2008 e 2012 é de R\$ 141 milhões. Além disso, mais R\$ 7.323.850,00 para investimento em edificações, infra-estrutura e equipamentos, já em 2008. Contudo, é importante destacar que o montante, caso efetivamente seja repassado, dependerá de toda uma reestruturação da universidade que, no entendimento de diversos professores, pode levar não à consolidação da UFSM como um centro de excelência, como ressalta o pró-reitor, mas a uma realidade de precariedade.

Uma das ponderações reflexivas sobre o programa do governo é feita pelo professor do Centro de Educação, Clovis Renan Guterres (ver artigo à pág. 05). Para ele, em primeiro lugar, o REUNI fere a autonomia universitária e, para ser diferente, deveria propor programas de estímulo à reestruturação e expansão a partir de parâmetros estabelecidos pelas próprias instituições, após um diagnóstico. Sobre a questão dos recursos, Guterres afirma que o governo deveria aumentar o orçamento das Universidades indicando a fonte de recursos.

EXPANSÃO- No que se refere à questão do financiamento do REUNI, o professor do curso de Economia da UFSM e ex-pró-reitor de Planejamento na gestão Paulo Sarkis, Roberto da Luz Jr., também manifesta dúvidas. Para ele, “há um descolamento entre obrigações assumidas e fontes de financia-

mento”. No entendimento do economista, “o financiamento está aquém das necessidades”. Para Roberto da Luz Jr., o governo está reeditando a política federal dos centros de excelência, pois o REUNI estaria enfatizando as atividades de ensino e cursos de graduação, com a criação de universidades de segundo e terceiro escalões, com a atribuição do ensino de terceiro grau. Analisa ainda de forma cáustica que “o REUNI serve como tábua de salvação em função dessa expansão, quase que irresponsável, das instituições de ensino superior, nos últimos três anos”.

SIMPATIA- Mesmo sem ter conseguido ouvir a maioria das direções de centro, o que se percebe de alguns é uma simpatia ao projeto do REUNI. Paulo Magnago, vice-diretor do Centro de Ciências Naturais e Exatas, afirma que a proposta já tem o aval do CCNE e é “a coisa certa”. Segundo Magnago, a proposta “vai ampliar a relação aluno por professor, que aqui na UFSM é 11”, considerada por ele “injusta”. Diz ainda que “se na UFRGS a relação é 18 por 1 e os professores dão conta, considero uma incompetência da UFSM não atender mais alunos”. Argumentou ainda que “vai aumentar a carga horária, mas muitos professores não têm carga horária completa. Se a UFRGS pode, por que a UFSM não pode?”, questionou.

O vice-diretor do Centro de Ciências Rurais, professor Irineo Zanella, também demonstrou estar de acordo com o projeto governamental. Segundo ele, “o Centro (CCR) é favorável e, inclusive, já propusemos a criação de dois novos cursos: Tecnologia em Alimentos, com ênfase em ‘Agroindústria’ e ‘Licenciatura em Ciências Agrárias’.”